



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE TURISMO

REGINALDO BATISTA COTA

Ouro Preto: a importância da preservação histórica e o
desenvolvimento econômico

OURO PRETO

2022

REGINALDO BATISTA COTA

Ouro Preto: a importância da preservação histórica e o
desenvolvimento econômico

Monografia apresentada ao Curso de Turismo
da Universidade Federal de Ouro Preto como
parte dos requisitos para conclusão do Curso
de Graduação em Turismo

Orientador(a): Dr(a) Maria do Carmo Pires

Ouro Preto

2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C843o Cota, Reginaldo Batista.

Ouro Preto [manuscrito]: a importância da preservação histórica e o desenvolvimento econômico. / Reginaldo Batista Cota. - 2022.

51 f.: il.: color., gráf..

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Carmo Pires.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Direito, Turismo e Museologia. Graduação em Turismo .

1. Turismo. 2. Centros históricos. 3. Integração social - Pertencimento. 4. Ouro Preto (MG). I. Pires, Maria do Carmo. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 338.48

Bibliotecário(a) Responsável: Maristela Sanches Lima Mesquita - CRB-1716



FOLHA DE APROVAÇÃO

Reginaldo Batista Cota

Ouro Preto: a importância da preservação histórica e o desenvolvimento econômico

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Turismo

Aprovada em 27 de outubro de 2022

Membros da banca

Dra. Maria do Carmo Pires - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dra. Alissandra Nazareth de Carvalho - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dr. Rodrigo Burkowski - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Maria do Carmo Pires, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 28/10/2022



Documento assinado eletronicamente por **Maria do Carmo Pires, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 28/10/2022, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0419336** e o código CRC **C8722407**.

Dedico este trabalho a D. Geralda

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais,

A todos mestres da universidade,

A minha orientadora, Maria do Carmo Pires,

A minha avó que sempre me incentiva,

As circunstâncias da vida que me deram força e coragem nos momentos de fraqueza,

A todos agradeço pela oportunidade.

“Quem é rico em sonhos não envelhece nunca.
Pode até ser que morra de repente. Mas
morrerá em pleno voo...”

Rubens Alves

RESUMO

O desenvolvimento turístico de Ouro Preto passa pela preservação da sua história através do seu patrimônio construído, casarões, igrejas, chafarizes e sítios arqueológicos. Os moradores e visitantes são fundamentais na perpetuação desses elementos no tempo e do desenvolvimento econômico e sociocultural. Os objetivos do trabalho foram analisar as questões que pressupõem a degradação do patrimônio e a perda de interesse dos moradores em contribuir para a preservação e perpetuação da história local, identificar quais são os problemas na visão dos entrevistados e dar luz à discussão da importância da preservação do patrimônio. Para tanto, foi elaborado um questionário com entrevistas semiestruturadas e de caráter qualitativo que foi aplicado presencialmente e aleatoriamente com moradores e visitantes em vários bairros da cidade de Ouro Preto. Nos resultados obtidos da pesquisa, a maioria dos moradores consideram importantes as políticas de preservação e o patrimônio para a história e economia da cidade, entretanto, alguns dos entrevistados manifestaram descontentamento com a política preservacionista devido às restrições legais impostas e sua condição econômica como fatores determinantes.

Palavras chave: turismo, preservação, pertencimento, Ouro Preto

ABSTRACT

The tourist development of Ouro Preto involves the preservation of its history through its built heritage, mansions, churches, fountains and archaeological sites. Residents and visitors are fundamental in the perpetuation of these elements over time and in economic and sociocultural development. The objectives of the work were to analyze the issues that presuppose the degradation of the heritage and the loss of interest of the residents in contributing to the preservation and perpetuation of local history, to identify what are the problems in the view of the interviewees and to give light to the discussion of the importance of preservation of equity. For that, a questionnaire with semi-structured and qualitative interviews was elaborated, which was applied in person and randomly with residents and visitors in several neighborhoods of the city of Ouro Preto. In the results obtained from the research, most residents consider preservation policies and heritage to be important for the history and economy of the city, however, some of the interviewees expressed dissatisfaction with the preservationist policy due to the legal restrictions imposed.

Keywords: tourism, preservation, belonging, Ouro Preto

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Pichações.....	32
Figura 2- Casa do Vira Shaia.....	33
Figura 3- Casa do Vira Shaia em reforma	33
Figura 4- Total dos entrevistados residentes no município e visitantes	35
Figura 5- Possibilidade de crescimento do Turismo no município segundo os entrevistados..	35
Figura 6- Quais atrações turísticas que devem ser preservadas.....	36
Figura 7- Dever da preservação das construções pelos moradores.....	36
Figura 8- Percepção da responsabilidade do setor turístico na preservação	37
Figura 9- Dever de participação dos moradores que não participam da atividade turística na preservação do conjunto histórico.....	37
Figura 10- Adaptações podem descaracterizar o conjunto histórico?.....	37
Figura 11- Questionamentos sobre valorização de áreas turísticas e desvalorização de outras periféricas.....	38
Figura 12- Possibilidade de preservação e desenvolvimento econômico em conjunto.....	38
Figura 13- Perda de construções históricas sentida como problema do patrimônio	39
Figura 14- Quais mudanças os entrevistados fariam nas construções.....	40
Figura 15- A importância de diversificação do setor turístico com atrativos naturais	41

LISTA DE SIGLAS

IPHAN: Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

COMPATRI: Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural

SPHAN: Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1. OURO PRETO: PRESERVAÇÃO NA ATUALIDADE.....	12
1.1. Breve histórico da preservação de Ouro Preto.....	12
1.2. Alternância de desenvolvimento e a relação com a preservação de Ouro Preto.....	18
CAPÍTULO 2. A RELAÇÃO DO MORADOR/ TURISTA COM O TURISMO	23
2.1 Cidade turística e cidade Patrimônio Mundial.....	23
2.2. A (não) identificação do morador com bens do patrimônio.....	27
CAPÍTULO 3. COM A PALAVRA O MORADOR	30
3.1. A cidade sob a ótica do morador.....	30
3.2. Relações de pertencimento do morador sob análise.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43
APÊNDICE.....	46

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de uma sociedade perpassa pelo crescimento econômico, boas condições de vida, preservação da sua cultura e seus traços arquitetônicos que permitem identificar perante aos demais povos. A cultura e a história dos povos são fatores importantes para o desenvolvimento dos cidadãos, da criação de consciência crítica sobre o seu futuro a partir do legado de vivências passadas.

Com o forte desenvolvimento do Turismo nas últimas décadas, a criação de instituições de salvaguarda do patrimônio e a fomentação de políticas preservacionistas ganharam relevância. Diante de várias políticas implementadas para salvaguardar, de estudos e ampliação dos usos sustentável dos patrimônios, percebe-se ainda uma grande deterioração de partes dos conjuntos históricos. O Turismo, como consumidor dos espaços, ganha relevância como agente de preservação, desenvolvimento e reavivamento da cultura.

Sabendo da importância da atividade turística para o município e da necessidade de preservação do conjunto histórico como a matéria prima do turismo histórico e cultural, as transformações que ocorrem nas construções, sejam reformas, adaptações para novos usos e até mesmo o abandono, tem potencial para impactar fortemente no patrimônio e na atividade do turismo. Os moradores são os principais interessados nas mudanças, pois usam diretamente os espaços e também são os responsáveis pela sua manutenção, conservação e adaptações. Há construções em péssimo estado de conservação e degradação, por vezes intencional e também por falta de recursos financeiros para melhorias. O objetivo do trabalho é analisar as questões que pressupõem essa degradação do patrimônio e a perda de interesse de alguns moradores em contribuir para a preservação e perpetuação da história local. Estes questionamentos advêm da percepção do autor, como morador da cidade, de progressiva perda de interesse de alguns moradores em manter intactos, reformar ou restaurar construções. Justifica assim, a importância de entender os motivos desse suposto desinteresse dos moradores.

Na pesquisa, procurou-se identificar quais são os problemas na visão dos entrevistados, o que realmente afeta no cotidiano do morador e dos visitantes a percepção ou condição de querer ou não manter as construções conforme as características originais ou fazer as intervenções, conforme proposto pelos órgãos de patrimônio, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de atuação federal e o Conselho de Patrimônio (COMPATRI¹), com atuação municipal, órgão colegiado de caráter permanente,

¹https://cultura.ouropreto.mg.gov.br/static/lei_708.pdf

com responsabilidade da preservação do patrimônio cultural material e imaterial, assim como o patrimônio natural, responsáveis por permissões de intervenções no município.

A cidade de Ouro Preto está sempre presente na imprensa, sendo objeto de vários estudos acadêmicos pela sua importância histórica, cultural e pelo seu imponente conjunto arquitetônico. O trabalho se dispõe também a refletir sobre a importância da preservação do patrimônio nas áreas afastadas do centro histórico, que tradicionalmente têm menos visibilidade, e para isso, foram locais escolhidos para realização da maioria das entrevistas. Para tanto, foi elaborado um questionário com entrevistas semiestruturadas e de caráter qualitativo, que foram realizadas presencialmente e aleatoriamente com moradores e visitantes em vários bairros da cidade de Ouro Preto durante o mês de junho de 2022. Optou-se por este formato de entrevistas semiestruturadas por ter a possibilidade de opinião do entrevistado que, além da opção *sim e não*, poderiam sugerir, criticar ou discordar das questões, sendo possível captar a percepção do entrevistado. Também foram questões qualitativas abordando “os aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano”² não mensuráveis em equação e estatística matemáticas, sendo que a opinião do pesquisador pode estar integrada à pesquisa na interpretação final dos dados.

A escolha dos bairros se deu pela proximidade da residência do pesquisador, pelo menor fluxo de visitantes e também pelo número menor de atrações turísticas, tendendo que o morador tenha menor contato com visitantes. Os bairros onde foram realizadas as entrevistas, por ordem de realização das mesmas, são: Nossa Senhora da Piedade, Morro São João, Morro Santana, Alto da Cruz e Antônio Dias. Essas escolhas tiveram por objetivo observar a percepção dos moradores e turistas principalmente acerca da atividade turística, concentrada na parte central da cidade, a afinidade com o setor e/ou parte integrante do setor econômico.

Durante este trabalho, foram utilizados diversos autores que versam sobre o patrimônio histórico, as questões sociais como o sentimento de pertencimento, a preservação, a transformação social e econômica que advém da atividade turística, os problemas que surgem das transformações espaciais do território, a relação da cidade com o desenvolvimento do país e sua história, bem como os pioneiros processos de patrimonialização, influenciados pelo desejo da construção de identidade nacional pelo governo da época. Podemos citar alguns os autores como Renan Augusto Moraes Conceição (2020) que discorre sobre casos de turismofobia, Sênia Bastos (2004) que reflete sobre os novos usos que podem ser feitos nas construções, as discussões sobre pertencimento e engajamento de moradores, Cintia Nigro

² <https://www.significados.com.br/pesquisa-qualitativa/>

(2005) sobre as questões da defesa do patrimônio e sua valorização, Leila Bianchi Aguiar (2016) relata a os eventos da patrimonialização entre outros autores.

O trabalho foi desenvolvido em três capítulos, sendo o primeiro um breve histórico da cidade, dos primórdios das políticas preservacionistas e “descoberta” de seu enorme conjunto arquitetônico barroco, utilizado como símbolo de identificação e união nacional no período republicano, síntese das transformações espaciais observadas com o crescimento econômico e do deslocamento de funções político-administrativas para outro ponto do território de Minas Gerais. O surgimento de povoados pela mineração do ouro, elevação à vila e posteriormente à cidade com funções político-administrativas estimularam o desenvolvimento de infraestrutura, como novos arruamentos, prédios públicos, moradias de funcionários do governo, comerciantes e moradias dos donos de minas, e formaram o que chamamos hoje de o conjunto de estilo arquitetônico colonial e monumentos do Barroco e Rococó. Este conjunto foi posteriormente usado como símbolo do republicanismo, de país moderno que surgia, sendo subdividido na descrição de aspectos da cidade atualmente como a sua importância cultural, educacional, turística, histórica e os aspectos econômicos ao longo do tempo que tiveram enorme influência na preservação da arquitetura colonial.

O segundo capítulo, debate a inserção da atividade turística no contexto do patrimônio histórico, a sua influência sobre a preservação, os problemas que surgem inerentemente com o desenvolvimento econômico turístico da cidade, os questionamentos de parte dos moradores acerca dos turistas e a não identificação de alguns indivíduos com as construções antigas. Discute-se também, a importância da inserção do morador no contexto do turismo, a sua participação nos ganhos econômicos, a valorização do sentimento de pertencimento e o maior engajamento nas questões de preservação dos locais onde vivem.

O terceiro capítulo apresenta os resultados obtidos na pesquisa, a sua interpretação, o diálogo com os questionamentos e análises das questões que pressupõem essa degradação do patrimônio e a perda de interesse de alguns moradores visto nas repostas, a identificação dos problemas na visão dos entrevistados, além dos problemas que afetam o morador e o visitante. A percepção ou condição de querer ou não manter as construções preservadas, pontos considerados positivos para o patrimônio e o turismo, e a reflexão da importância da preservação do patrimônio nas áreas afastadas do centro histórico, tradicionalmente com menos visibilidade, foram fatores considerados nas indagações de pesquisa e nas repostas dos entrevistados, são questionamentos que devem ser observados nas condições econômicas dos moradores.

CAPÍTULO 1. OURO PRETO: PRESERVAÇÃO NA ATUALIDADE

Este capítulo traz um breve histórico dos processos que permitiram que a cidade de Ouro Preto mantivesse em bom estado de conservação das suas edificações, o formato das ruas e vielas e a preservação dos costumes e sua cultura. A preservação e a conservação de maior parte das edificações da cidade foi possível por diversos fatores, como o declínio da atividade mineradora, a mudança da capital do estado que trouxe o esvaziamento econômico, a queda das construções no período pós monarquia, a intenção de resgate e construção de uma imagem da Nação brasileira com a revigoração da história da cidade, a criação de símbolos que possibilitaram que boa parte da estrutura urbana e suas representações permanecessem inalterados.

1.1. Breve histórico da preservação de Ouro Preto

Cidade secular, fundada em 08 de julho de 1711, a antiga Vila Rica tornou-se capital da então Capitania de Minas Gerais criada em 1720. Mudou o nome para cidade de Ouro Preto em 1823 e permaneceu como capital até 1897, quando a sede do governo do estado transferiu-se para a recém fundada Belo Horizonte. Em 1933, o então presidente da República Getúlio Vargas, concedeu-lhe o título de Cidade Monumento e foi tombada como Patrimônio Nacional pelo recém criado Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN), em 1938. Foi também declarada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como Patrimônio da Humanidade em 5 de setembro de 1980, sendo o primeiro bem cultural brasileiro inscrito na Lista do Patrimônio Mundial que foi elaborada na década de 1970. Importante destino indutor do turismo nacional, Ouro Preto possui inúmeros atrativos histórico-culturais como museus, igrejas, minas de ouro, casarios centenários, chafarizes, parques naturais e até sítios arqueológicos.

A decadência da atividade açucareira no nordeste da colônia portuguesa propiciou que muitos bandeirantes paulistas adentrassem pelo interior atrás de pedras preciosas e do sonho de riquezas. A principal região onde foram descobertos minerais e pedras preciosas ficou conhecida como região das minas, formando inúmeros arraiais que se tornaram vilas posteriormente. O seu patrimônio arquitetônico fora reconhecido nacionalmente pela sua importância histórica e cultural, como elemento de identidade de nação:

Ouro Preto é hoje um dos principais ícones urbanos remanescentes do período colonial brasileiro, guardando importantes referências à nossa história, cuja expressão mais visível encontra-se refletida em seu conjunto arquitetônico, como representação material dos modos de viver daquele período (CUNHA; CALDEIRA, 2017 p. 185).

A cidade de Ouro Preto, com sua imensa importância na época colonial, foi centro minerador, das artes e capital de Minas Gerais de 1721 a 1897, ano da fundação de Belo Horizonte, sofrendo diversos períodos de esvaziamento econômico e populacional, como explica Natal:

No início do século XX, depois de sofrer com a perda do status de sede político-administrativa, Ouro Preto sucumbe a um período de crise, pautado, principalmente, pelo esvaziamento populacional, pois a maior parte de sua população muda-se para Belo Horizonte e para regiões economicamente mais prósperas, como é o caso da Zona da Mata e sul de Minas, e pela falta de uma atividade econômica de peso. (NATAL, 2013, p. 2)

O decréscimo populacional e o esvaziamento econômico foram intercalados com crescimento em períodos diversos, “a evolução urbana de Ouro Preto é marcada por mudanças que provocaram uma sucessão de fases de rápido crescimento, seguidas por períodos de declínio forte”, como assinala Vieira (2017, p. 149). Em certo período a preservação se manteve devido às condições econômicas dos moradores de pobreza desde o final do século XVIII e a falta de atividades econômicas fortes dificultou melhoria das construções, vias urbanas e até a paralisação de novas construções (VIEIRA, 2017). Para retomada da importância da cidade, “era preciso encontrar uma atividade econômica de peso e honrar em seu presente os legados de seu passado” conforme aponta Natal (2013, p. 2). Com as dificuldades enfrentadas pela população e o quase abandono da cidade após a mudança da capital, as modificações nas construções foram pouco acentuadas e as principais características das construções barrocas permaneceram:

A valorização de Ouro Preto perpassou as dimensões dos discursos, das imagens e das representações. No início do século XX, tanto as construções quanto os seus retratos, representavam um valor financeiro ínfimo aos seus proprietários, num momento em que a apropriação simbólica da cidade não principiara. (ANDRIOLO, 2009, p. 160)

Por outro lado, a baixa renda da população e também a fuga e moradores para outras regiões mais desenvolvidas economicamente, provocou um paradoxo: a falta de dinheiro não permitia muitas modificações nas construções, com um mercado imobiliário falido, e por outro lado propiciou inúmeras perdas de construções:

Em julho de 1928, Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional, visitou a cidade e constatou o alarmante estado em que se encontravam algumas das suas principais construções. “Caíra o telhado da Igreja do Rosário, que as chuvas arruinavam dia a dia. Viera abaixo o mirante e metade da cobertura da famosa Casa dos Contos. Terminava a administração municipal a criminosa demolição da Casa de Marília de Dirceu” (Anais, 1944: 6). A partir da exposição desse quadro por parte do diretor do MHN ao governo de Minas Gerais, foram liberadas verbas com as quais seriam restaurados alguns desses monumentos, ficando sob sua responsabilidade a supervisão das reformas que seriam executadas. (AGUIAR, 2016, p. 89)

Para o Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), seguindo orientação da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, elaborada na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o patrimônio cultural é composto por monumentos, conjuntos de construções e sítios arqueológicos, de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas³. Seguindo esta definição, nota-se a importância de manter bem preservada a história, a cultura e os lugares, como base para a construção de identidade. No início do século XX, a classe artística nacional sentiu que era necessário a valorização do patrimônio brasileiro, sob a nova forma de governo, após a queda da monarquia e ascensão da República em 1889, e tiveram o desejo implementar mudanças que refletissem o momento:

A necessidade de se preservar o patrimônio histórico-arquitetônico no Brasil se intensifica na década de 1910. Manifestava-se um movimento de valorização da cultura nacional e propostas de proteção de bens culturais, antecedendo a Semana de Arte Moderna. Em meio a esse movimento, nosso patrimônio passa a ser carregado de simbolismo, materializando elementos de memória nacional (MEDEIROS; SURYA, 2009, p. 3).

O começo da ideia de preservação e a criação de uma identidade veio nos anos 1920 com o Movimento Modernista, segundo Monteiro (2012, p. 2), “o modernismo brasileiro pode ser descrito como um conjunto heterogêneo de estratégias encontradas por intelectuais e artistas brasileiros da primeira metade do século XX, convictos da modernidade como ordem universal inexorável, para produzir novas representações da nacionalidade”, sendo um dos maiores expoentes e atuantes na defesa da historiografia do país.

A preocupação com a preservação do patrimônio histórico nacional, principalmente dos bens imóveis fora do âmbito dos museus, começa a ter um significado mais relevante a partir da década de 1920, visto que a falta de preservação destes bens estava comprometendo sua conservação, chamando assim a atenção de intelectuais, que denunciavam o descaso com as cidades históricas e a dilapidação do que seria um “tesouro” Nacional (TOMAZ, 2010, p. 7).

³ <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>

Isso veio ocorrer sob o governo de Getúlio Vargas (1930-1937) que tinha intuito de promover um nacionalismo no país, buscando elementos que promovessem essa coesão, e o Movimento Modernista propunha:

Inserção do país no “concerto internacional” exige a construção de uma entidade nacional nos moldes das demais nações que integram o conjunto. Na relação entre a parte (Brasil) e o todo (“concerto internacional”), a entidade nacional deve ser constituída pela conjugação das qualidades próprias que singularizam o país diante dos demais (MONTEIRO, 2012, p. 4).

No embarque do movimento, o governo em 30 de novembro de 1937, “criou o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25” (Medeiros; Surya, 2009, p. 4) que foi o pontapé inicial das políticas institucionalizadas de preservação, para a construção de uma história nacional através dos monumentos históricos onde se privilegiava a unidade nacional, que não desse espaço aos regionalismos, “afinal o projeto de Vargas era o fortalecimento e a estruturação de um Estado burocraticamente centralizado” (OLIVEIRA, 2008, p. 24).

Brusadin (2011), defende que a preservação de bens deve ocorrer sem imposições, em consenso com os moradores e não pela atividade econômica do turismo:

No campo da preservação e gestão do patrimônio pode ser dito ainda, que os fatores motivadores do resguardo do patrimônio devem estar sempre ligados à ordem social e não necessariamente ao turismo. Para que se alcance o uso consciente de localidades dotadas de um patrimônio rico, é inevitável que haja uma ligação entre preservação e uso com parcimônia (BRUSADIN, 2011, p. 78).

Para Aguiar (2016), outros nomes foram importantes na sensibilização do governo federal como Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional Antônio Carlos governador de Minas Gerais, o prefeito de Ouro Preto João Batista Veloso, Augusto de Lima Júnior jornalista e advogado mineiro e um dos principais personagens responsáveis pela assinatura do decreto por Getúlio Vargas, José Mariano Filho, Gustavo Capanema Ministro da Educação, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mário de Andrade. Esses foram homens que deram vida ao sonho de patrimonialização da cidade Ouro Preto.

Essas iniciativas, como a criação do SPHAN, buscara formas de valorizar a importância do local, consagrando a cidade de Ouro Preto como monumento nacional, o que é facilmente compreensível, uma vez que participaram dessa nova instituição muitos dos intelectuais que na década anterior estiveram na cidade em suas viagens de “descoberta do Brasil” (AGUIAR, 2016, p. 91), com intuito de constituir e fortalecer a construção de identidade nacional, estudar e promover a imagem emblemática que a cidade representava.

A tendência natural do homem moderno é olhar com desprezo as construções antigas, vendo-as como bens ultrapassados e desatualizados, os quais devem ser demolido e ceder lugar a edificações mais modernas e arrojadas, mais úteis ao desenvolvimento da cidade. Esse tipo de pensamento impacta frontalmente a ideia de preservação, de valorização do patrimônio como herança histórica a ser preservada. O cuidado com os bens patrimoniais visa resguardar a memória, dando importância ao contexto e às relações sociais existentes em qualquer ambiente. Não é possível preservar a memória de um povo sem, ao mesmo tempo, preservar os espaços por ele utilizados e as manifestações quotidianas de seu viver. (TOMAZ, 2010, p. 04)

Essas políticas de salvaguarda dos bens foram impostas por uma classe dominante, tanto na política quanto no meio artístico nacional, na efervescência do nacionalismo político da década de 1930 e do Movimento Modernista, privilegiando o patrimônio de “pedra e cal” como ficou conhecido:

A imagem que a expressão "patrimônio histórico e artístico" evoca entre as pessoas é a de um conjunto de monumentos antigos que devemos preservar, ou porque constitui obras de arte excepcionais, ou por terem sido palco de eventos marcantes, referidos em documentos e narrativas dos historiadores. Entretanto, é forçoso reconhecer que essa imagem, construída pela política de patrimônio conduzida pelo Estado por mais de sessenta anos, está longe refletir a diversidade, assim como as tensões e os conflitos que caracterizam a produção cultural do Brasil, sobretudo a atual, mas também a do passado (FONSECA, 2003, p. 59).

Recentemente, houve mudanças na concepção de patrimônio, referendadas na Constituição da República do Brasil, promulgada em 1988, que encampou bens de natureza imaterial antes esquecidos e que constituem o pilar das manifestações do povo, das diversas culturas, do saber, da história, contemplados amplamente no artigo 216, aqui transcrito:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988.)

No entanto, apenas a inclusão de bens não significa a salvaguarda, sendo necessário criar mecanismo que possibilite a sua preservação com a participação de moradores, agentes de órgãos do patrimônio e do setor turístico.

Já se enfatizou a necessidade de ter mais envolvimento da comunidade na tomada de decisões em relação à preservação do patrimônio cultural. Mas também os mecanismos de participação precisam sofrer uma adequação para que a população tenha condições de discutir estas questões” (JOHN, 2012, p. 326).

Essas mudanças também foram sentidas na forma de como os órgãos responsáveis por políticas patrimoniais tiveram ao longo do seu amadurecimento, a observar outros aspectos importantes na preservação que dão consistência às políticas públicas para as construções:

É pertinente salientar que nos anos seguintes à organização SPHAN as políticas de preservação do patrimônio no Brasil adotaram uma perspectiva predominantemente estética em detrimento do aspecto histórico, deixando assim de incorporar conceitos da historiografia nacional e internacional tão relevantes para um alcance mais profundo no que diz respeito à preservação do patrimônio (TOMAZ, 2010, p.10).

Com o reconhecimento de patrimônio imaterial como passível de patrimonialização, as instruções de gestores precisaram adaptar a essas novas demandas, tanto de mecanismo de como de mentalidade:

Em 1988, com a inclusão de termos relacionados à natureza imaterial dos bens na Constituição brasileira e com a mudança do pensamento, fazem-se necessárias mudanças estruturais e operacionais nas instituições, com adoção de tarefas conjuntas e organizadas, nas diversas esferas governamentais e da sociedade civil, no sentido de reorientar as práticas para a preservação da memória (CARMO, 2017, p. 3).

Outro fator que contribuiu enormemente para a salvaguarda dos bens foi o título da UNESCO de Patrimônio Cultural da Humanidade concedido à cidade de Ouro Preto em 05 setembro de 1980, que impediu maiores mudanças estruturais, juntamente com a presença e participação atuante do IPHAN no município:

Dr. Rodrigo, como ficou conhecido durante suas três décadas na presidência do IPHAN, legitimava também as ações do recém-criado órgão federal ainda em processo de afirmação. Segundo ele, o governo federal também teria demonstrado seu interesse na preservação da cidade através da escolha da permanência da Escola de Minas, que ocupou o antigo Palácio dos Governadores, da instalação do Museu da Inconfidência na antiga Casa de Câmara e Cadeia e da manutenção de uma unidade permanente do Exército Nacional. Tais instituições gerariam recursos para o município e, se instaladas em prédios tombados, auxiliariam em sua conservação (AGUIAR, 2016, p. 93.)

Juntamente com as ações preservacionistas dos órgãos, a expansão da atividade turística na cidade em décadas recentes também contribuiu em certa medida para a preservação de inúmeros bens, conforme analisa Aguiar (2016):

A relação dos proprietários e comerciantes da cidade com as normas preservacionistas foi se tornando ambivalente a partir do desenvolvimento de novas atividades na cidade, com especial destaque para as turísticas, a partir de meados do século XX. Possuir residência ou comércio em uma construção originária do século XVIII, ou mesmo que “apresentasse um aspecto colonial”, transformou-se em um “capital simbólico” (Bourdieu, 1996, p. 107) extremamente valorizado. No caso específico da atividade turística, tais bens imóveis revelaram-se verdadeiras atrações para os novos visitantes pela possibilidade de uma “imersão no passado”, critério valorizado pela propaganda turística, capaz de influenciar a escolha de locais de hospedagem, refeições e outras opções de lazer na cidade. Por outro lado, o desenvolvimento dessa atividade ampliou também a necessidade de realização de reformas nos imóveis, aumentando, em alguns casos, o descontentamento dos proprietários em relação à agência federal preservacionista, personificada através de seus funcionários que trabalhavam na cidade (AGUIAR, 2016, p. 102).

A cidade atualmente é um importante centro universitário, contando com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), com um polo do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), e várias instituições privadas. Faz parte do Circuito do Ouro⁴, entidade privada que tem por objetivo promover a integração entre setor público e privado com políticas de apoio e fomento ao desenvolvimento econômico e social da região a partir da atividade turística, também integra os roteiros do Instituto Estrada Real⁵, organização privada que incentiva, fomenta, organiza, e gerencia o produto turístico da antiga Estrada Real. A mineração, o comércio e o turismo são as principais atividades econômicas desenvolvidas no município.

1.2. Alternância de desenvolvimento e a relação com a preservação de Ouro Preto

As cidades passam por ciclos econômicos que ora provocam crescimento econômico com expansão do núcleo urbano, aquecimento do mercado imobiliário, remodelagem dos seus centros históricos, modernização, e ora passam por crises econômicas que impactam em suas construções com abandonos, paralisação de obras, fuga de moradores, deterioração da qualidade de vida entre outros problemas. Em alguns aspectos, a queda econômica propicia acontecimentos como a preservação de construções, uma vez que o morador não tendo renda ou perspectiva de renda com determinada construção, seja para alugar por exemplo, preferem então manter intacto aquele lugar. Isso aconteceu em boa parte com o centro de Ouro Preto nos períodos após queda aurífera e saída do papel administrativo como capital do estado.

A cidade de Ouro Preto conserva um vasto patrimônio arquitetônico que se manteve preservado por muitas décadas devido, principalmente, a mudança de capital para a recém fundada Belo Horizonte (1897) até o governo de Getúlio Vargas na década de 1930:

⁴ <https://circuitodoouro.tur.br/sobre-o-circuito-do-ouro/>

⁵ <https://institutoestradaareal.com.br/>

No início do século XX, Ouro Preto sentiu o efeito da transferência da capital para Belo Horizonte e amargou um período de abandono: percebemos uma queda drástica no número de edificações e uma retração populacional. Quando a cidade foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1938, este era o panorama do núcleo urbano (VIEIRA, 2017, p. 149).

Para outros autores, o declínio econômico variou conforme as atividades que foram desenvolvidas ou que deixaram de serem feitas. O papel administrativo e governamental da cidade sustentou o comércio e atividades culturais por décadas e no fim do século XIX desapareceu com a mudança de capital, agravando a conjuntura:

[...] fim do Setecentos Ouro Preto sofreu uma retração econômica e populacional em função do esgotamento das jazidas de ouro. A partir do primeiro quartel do século XX, o núcleo urbano encontrou-se novamente esvaziado, reflexo da transferência da capital do Estado para a cidade de Belo Horizonte, inaugurada em 1897. Esses dados devem ser considerados na análise da cidade, do século XIX às três primeiras décadas do século XX [...] (VIEIRA, 2017, p. 160).

Nesse período de fraca atividade econômica, a população sem renda não conseguiu fazer reformas ou construir novas residências, permanecendo inalterados boa parte das construções. Diz-se, então, que a decadência econômica foi um dos fatores na preservação dos casarios que se manifesta, não de forma absoluta, como demonstram dados que Vieira (2017) obteve do pesquisador Iraci del Nero da Costa (1979) - estudioso das áreas de História Demográfica e Econômica do Brasil - que analisou dados compreendidos entre 1719 a 1826 obtidos da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, com o número de óbitos, casamento e mortes afirmando que a cidade ficou levemente estagnada, porém, não houve queda populacional acentuada com o declínio da mineração do ouro e o crescimento vegetativo até foi positivo no período estudado:

[...] considerando a área do atual distrito sede de Ouro Preto, podemos observar que há um mito amplamente divulgado sobre o esvaziamento e a decadência dessa cidade no século XIX. Ao longo do Oitocentos, o número de edificações permaneceu relativamente estável e o crescimento vegetativo da população foi positivo (VIEIRA, 2017, p. 159).

Embora a cidade tenha se figurado como capital da província até o fim do século XIX e a mineração estivesse em queda, “com a exaustão das minas, a população dirigiu-se para outras áreas do território brasileiro” (VIEIRA, 2017, p.151), a modernização foi sentida com a ligação ferroviária em 1888 possibilitando o “uso mais facilitado de novos materiais construtivos, nesse período, a cidade passou por algumas ações de renovação e melhoramentos urbanos que incorporaram novos materiais disponíveis, novas técnicas

construtivas e estilos vigentes” (VIEIRA 2017, p.149) , que propiciaram melhorias estruturais nas construções e que do ponto de vista da preservação constituem de alguma forma degradação do património edificado, “o historiador sabe que é normal que o traçado urbano conserve mais a marca das estruturas antigas do que as habitações”.(SALGUEIRO, 1997, p. 126). O fato da cidade possuir duas instituições centenárias de ensino superior no século XIX, a Escola de Farmácia de 1839 e a Escola de Minas de 1876, também contribuiu para o dinamismo da região mesmo após o declínio da mineração.

As poucas mudanças estruturais sofridas na cidade no início do século XX, desconsiderava-se a necessidade de delimitação de seu perímetro de tombamento, uma vez que os profissionais que atuavam no interior da agência preservacionista acreditavam na permanência de suas principais características, porém atuaram mais apenas nos estilos tidos como colonial do século XVIII, em detrimento dos demais estilos arquitetônicos e a valorização de obras de artistas consagrados (AGUIAR, 2017, p. 93).

Nas últimas décadas se discute o uso consciente das construções antigas sem perder as características marcantes de época e existem muitos meios de tornar um edifício histórico sustentável. “Além do reuso, novos materiais e técnicas podem ser incorporadas nestas construções, aumentando as possibilidades dos projetistas nesse sentido”, como cita Almeida e Diniz (2016, p. 5), mas o caso de Ouro Preto teria acontecido por outros motivos: o declínio econômico, migração de moradores para outras regiões mais desenvolvidas economicamente e a transferência das funções político administrativa do Estado para a recém fundada cidade de Belo Horizonte que deixaram a cidade sem recursos para modernizar ou construir novos edifícios, permitindo que mantivessem salvaguardadas:

O paradoxo de tal equação está no fato de que os mesmos fatores que contribuem para o esquecimento, para a ruptura do presente com o passado, ou seja, as mudanças desencadeadas pela sociedade industrial, servem como êmulos na reconstrução desse passado cindido, dessas memórias em vias de esboroamento (NATAL, 2013, p.05).

Dessa forma, a cidade preservou a maior parte de do seu casario de época, o que despertou a admiração da elite brasileira da época no início do século XX que buscava elementos que compusesse o ideário de construção de nação, e impulsionou as políticas preservacionistas

O conjunto urbano de Ouro Preto foi considerado “excepcional” e “autêntico” pelos intelectuais do IPHAN, e a principal justificativa foi sempre a do valor artístico dos bens imóveis. Como consequência direta dessa inscrição e das concepções sobre a preservação do patrimônio cultural brasileiro dominantes no período, a cidade passou a ser vista como uma obra de arte que deveria ser conservada como tal (AGUIAR, 2016, p. 92).

Embora o conceito de patrimônio seja uma construção humana, algo que não se observa em outros seres vivos, passou a ser imposto a todos os povos, demonstrando a influência do pensamento ocidental.

No Mundo Ocidental, o termo patrimônio histórico, cujo conceito focava o monumento, a materialidade, aos poucos vem sendo substituído por um termo mais amplo, mais abrangente, o chamado patrimônio cultural, entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas (TOMAZ, 2010, p. 7).

Desta forma, Ouro Preto foi o centro da concepção das políticas de preservação, de valorização das construções barrocas e religiosas e inspiração pelo seu passado e importância que representou no período colonial.

Ouro Preto é uma das primeiras cidades tombadas pelo Iphan, em 1938, e a primeira cidade brasileira a receber o título de Patrimônio Mundial, conferido pela Unesco, em 1980. Tal reconhecimento deve-se, principalmente, ao fato da cidade ser um sítio urbano completo e pouco alterado em relação à sua essência: formação espontânea a partir de um sistema minerador, seguido por uma marcada presença dos poderes religioso e governamental, e fortes expressões artísticas que se destacam por sua relevância internacional (IPHAN).

A cidade tornou-se então um laboratório, juntando o desejo da classe artística que pretendia referenciar o passado do país, criar uma identidade de nação, juntamente com a nova conjuntura política que desejava referenciar a história local.

[...] inicia-se a produção do espaço concebido de patrimônio nacional, identificado como histórico e artístico, por meio dos processos de representação dos espaços institucionalizados pelo Estado brasileiro nos campos tecnocrático, intelectualizado e agenciador de alguns sítios históricos tombados e museus que foram oficializados como lugares de expressão máxima da identidade nacional (REZENDE, 2020, p. 44).

Ainda que a cidade atraísse artistas da cena nacional, uma incipiente curiosidade artística e a valorização do patrimônio como símbolo de culto, necessitou da atuação governamental como o maior fomentador

A partir da década de 1930 no Brasil, prevalecendo Ouro Preto como caso-síntese e laboratórios de experiências aos debates políticos e intelectuais das leis de proteção e parâmetros interventivos, utilizamos os processos de institucionalização do espaço urbano para compreender como se produziu o espaço concebido na cidade (REZENDE, 2020, p. 31).

Como essas políticas eram centralizadas, com decisões verticalizadas sem levarem em conta as expectativas dos moradores, para Rezende (2020, p. 32) “compreende-se que a cidade moderna foi constituída por complexas manifestações nos campos social, cultural,

político e econômico” de seus moradores com intenções de usos no dia a dia, diferentes dos novos usos que se fazem atualmente.

A alternância entre declínio e crescimento econômico contribuiu paradoxalmente para a preservação dos traçados, da cultura do estilo barroco, predominante no considerado “centro histórico” da cidade. As políticas públicas implementadas a partir da década de 1930 e os movimentos artísticos nacionais viram a necessidade de manter preservados o patrimônio histórico como elemento aglutinador e formador de um consenso de nação e, com o título de Patrimônio Mundial da Humanidade pela Unesco na década de 1980 que obriga que as instituições criem políticas de salvaguarda, fizeram com que a maioria das construções da época da colônia, estivessem em bom estado de conservação nos dias atuais, quando discute-se também diversas formas de preservação e uso das construções sem prejuízo à estética e a historiografia do local, com a valorização cultural das populações e intervenções menos invasivas nas construções.

CAPÍTULO 2. A RELAÇÃO DO MORADOR/TURISTA COM O TURISMO

O crescimento do turismo histórico e cultural tem estreita relação com a qualidade da preservação dos atrativos, como casas, igrejas, traçados arquitetônicos das ruas, a história local e a atividade se beneficia quando o morador participa na cadeia do turismo e ativamente na preservação, que pode proporcionar aumento do fluxo de turistas e ganhos financeiros. O visitante se sente mais acolhido e tende a voltar novamente à cidade. A construção desta simbiose é importante para a preservação, para o desenvolvimento do turismo e para o sentimento do pertencimento. Este capítulo debate a inserção da atividade turística no contexto do patrimônio histórico, a sua influência sobre a preservação, os problemas que surgem inerentemente com o desenvolvimento econômico turístico da cidade de Ouro Preto, os questionamentos de parte dos moradores acerca dos turistas e a não identificação de alguns indivíduos com as construções antigas, na análise de autores que observaram esta discussão por parte e entre os moradores.

2.1 Cidade turística e cidade Patrimônio Mundial

O Turismo se insere na cidade de Ouro Preto como atividade econômica cujo interesse contribuiu por manter preservadas as mais importantes construções da época colonial. Entretanto, muitos moradores exercem atividades que se chocam com interesses do setor turístico, tornando empecilho para as políticas preservacionistas.

Para proteger o patrimônio das ameaças são necessárias pesquisas científicas e políticas de preservação. Determinar o que é digno de preservação é uma decisão político - ideológica que reflete valores e opiniões sobre quais são os símbolos que devem permanecer para retratar determinada sociedade ou determinado momento, donde os grandes questionamentos sobre quem tem ou deveria ter autoridade para decidir. Se há um patrimônio reconhecido pelos vencedores, há, ou houve, um patrimônio dos vencidos (BRUSADIN, 2009, p. 4).

Em alguns moradores, como os mais idosos e nascidos na cidade, a relação de pertencimento é mais evidente por suas vivências acontecerem nesses espaços e manter as características é o mesmo que contar a histórias das suas vidas, de seu passado (JOHN, 2012, p. 5) “ao passarem seus bens memoriais e identitários como legado a outra geração, as pessoas podem manter-se como uma representação do que as caracterizam, mantendo aberto um canal de comunicação entre elas. Neste sentido se justificaria a necessidade de sua preservação”.

Essa vivência, quando se dá de forma harmoniosa, faz com que moradores optem por não fazerem grandes mudanças que descaracterizaria o ideal de imagem que possuem em sua

memória, tanto individuais quanto coletivas desses lugares, sendo a fonte de apego, lembranças, histórias e referências passadas. Essa forma de preservação seria a melhor forma de manter intacto tanto o patrimônio material como o imaterial, em forte conexão, sem imposição de normas e regras por instituições ou governos, acontecendo de forma natural. Embora a própria dinâmica da cidade favoreça a preservação do patrimônio, houve a imposição dos órgãos Estado, direcionando políticas e delimitando ações dos moradores.

Em Ouro Preto a presença do IPHAN se faz ainda mais marcante, pois este se configura como um órgão de extrema importância na produção do espaço urbano, no controle e fiscalização das ações dos cidadãos no que tange aos bens protegidos e no estabelecimento de parcerias e convênios que pretendem transformar a paisagem da cidade ou, mais comumente, conservá-la, tentando minimizar os efeitos da passagem do tempo. (CARMO, 2017, p. 4)

Por vezes, citando Brusadin (2009, p. 4) cria-se, desta forma, uma situação paradoxal, na qual o Estado tomba prédios para protegê-los da destruição rápida pela demolição, mas “tolhe suas possibilidades de utilização”. Isso pode levar à destruição lenta pelo abandono, e foi quando a cidade passou a despertar o interesse externo de viajantes, dos modernistas e que passou a ser elemento do conceito de “cidade referência”, de união nacional em torno da criação de um símbolo e começou a receber investimentos e políticas que atraiu moradores externos, tanto para a atividade industrial que se principiara e a mineração.

Brusadin (2009, p. 5), citando Barreto (2000, p. 17) enfatiza que “a idéia não é manter o patrimônio para lucrar com ele, mas lucrar com ele para conseguir mantê-lo”. A questão central é a deformação da forma de utilizar o patrimônio a favor do próprio patrimônio, ou seja, o morador deveria obter renda o suficiente para querer manter intacto os bens, quer dizer zelar pela conservação, restauro e ou preservação, e que por diversas vezes o empresariado com o intuito de melhorias nas instalações para uso turístico, faz intervenções que tira a estética e o encanto, demolem partes das construções sem o devido estudo que impactam negativamente no conjunto do arquitetônico da cidade.

As mudanças que as construções sofrem para atender o turismo, em boa parte afetam também a relação que os moradores têm com esses bens:

Com perda de importância e das relações de pertencimento, os novos moradores veem a cidade e o seu patrimônio apenas como fonte de recurso financeiros. Para manter a identificação com o morador uma boa estratégia é a de incluir o patrimônio nas atividades recreacionais da comunidade, com a reorientação de atividades e alteração de usos de edifícios. Planejamento, gestão e análise dos produtos oferecidos devem visar o controle de resíduos, a deterioração das edificações e do entorno em virtude da presença frequente de visitantes (BASTOS, 2003, p. 3).

Ainda segundo Bastos (2003, p. 3) “o patrimônio é uma construção social, depende do grupo, do período histórico, das questões ideológicas que permeiam a patrimonialização e a visão de identidade que está sendo construída contemporânea a esse processo”, ou seja, depende da vontade dos moradores, sendo que uma política de educação patrimonial possibilita que os moradores, mesmo que não saibam mas que têm afeto por estes bens, entendam que a sua ação tem papel importante na história de resguardar o passado da aniquilação.

Diversas mudanças no setor do turismo, como melhorias nas prestações de serviços turísticos, a uniformização dos padrões de atendimento, estruturas de recepção dos destinos, transportes, comércio mais especializado nesse público, são características da globalização que invariavelmente pode também empobrecer a diversidade de atrativos turísticos e suas singularidades:

Sendo o turismo uma atividade que se desenvolve no seio da sociedade capitalista, as bases materiais da atividade turística se encontram no centro desse mesmo sistema econômico. Assim como as mercadorias tradicionais sofreram significativas mudanças ao longo dos anos, sofisticando-se e aprofundando a alienação e o fetichismo, a mercadoria-turismo também está cada vez mais espetacularizada (CONCEIÇÃO, 2019, p. 5).

A comunidade deve ser a primeira da cadeia a ser beneficiada pelas atividades turísticas, com a valorização de sua cultura, das tradições, do seu patrimônio físico e das suas construções. Quando estes elementos são levados em conta pelos empresários e agentes públicos, possibilitam que possíveis atritos sejam mitigados.

A exploração comercial dos recursos patrimoniais deve ser precedida por um planejamento e acompanhamento permanente para que não ocorra a expropriação cultural das comunidades receptoras, a degradação ambiental, desequilíbrios sócio-econômicos e a desvalorização cultural (BASTOS, 2003, p. 4).

O esvaziamento econômico, político e administrativo de Ouro Preto, como saída de moradores para a nova capital, causou uma reviravolta e o esquecimento voltou aos holofotes da classe principalmente artística com a ressignificação de sua história pretérita

Essa condição começa a se transformar com o surgimento das discussões, ideologicamente motivadas, sobre preservação de uma memória, de uma cultura, de um Brasil em diversas esferas. Ouro Preto, assim, passa a adquirir um papel de destaque por ser representante da história brasileira, devido a sua importância no caráter econômico durante o período colonial e no caráter político relacionado ao movimento da Inconfidência Mineira. Para tanto, a cidade não deveria entrar no processo de modernização sem se voltar para todo o passado que existiu, nem mudar sua condição material, mas deveria trazer as marcas de tal passado em seu traçado e em sua arquitetura (ASSUNÇÃO, 2018, p. 4).

As transformações do início do século XX, como a Semana de Arte Moderna de São Paulo em 1922 que propunha uma nova visão sobre a arte e a história do país e a Expedição

de Redescoberta do Brasil de 1924, como ficou conhecida a viagem a Minas Gerais dos artistas expoentes da Semana de Arte Moderna, Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade e o poeta franco-suíço Blaise Cendrars, identificaram uma arquitetura religiosa singular como uma cultura organização urbana diferenciada muito em função do isolamento do litoral desenvolvendo estilo próprio.

As políticas públicas e o esforço de patrimonialização de Ouro Preto começaram a atrair um público interessado na sua história e o aumento de visitação a partir da década de 1950. Isso foi intensificado com a exposição internacional com o título de Patrimônio Cultural da Humanidade que a cidade recebeu em 5 de setembro de 1980 e foi a partir dessa “construção de imagem de cidade”, que Ouro Preto passou “a ser entendida como uma obra de arte, no sentido de que ela não viria a sofrer grandes modificações e permaneceria inalterada. A consolidação de tal imagem foi um grande passo para a posterior construção de Ouro Preto como destino turístico” (ASSUNÇÃO, 2018, p. 5).

Bastos (2003) sugere que morador deva ser participante ativo nas decisões de usos e patrimonialização e não apenas como olhos externos de grupos econômicos.

A exploração comercial do patrimônio mediante sua conversão em atrativo turístico tem sido apontada como a opção que mais assegura a sua reabilitação e conservação. O patrimônio passa a ser tratado de forma mercantil, como mercadoria e bem de consumo, deixa de ser pensado apenas por sua importância coletiva para os moradores enquanto lugar de memória. Seu caráter identitário passa a ser valorizado pelo empreendedor enquanto o grande diferencial do empreendimento turístico (BASTOS, 2003, p. 2).

A contribuição da classe artística se deu, por exemplo, em torno da divulgação da cidade como objeto histórico, com as ilustrações de Luís Jardim, escritor e ilustrador pernambucano que trabalhava no SPHAN junto com Manuel Bandeira, que o convidou para ilustrar o Guia de Ouro Preto e também Alberto da Veiga Guignard e suas pinturas de Ouro Preto. Como descreve Assunção (2018, p. 6), esses expoentes da cultura brasileira tiveram papel importante na consolidação da cidade no imaginário popular. O *Guia de Ouro Preto* de Manuel Bandeira tinha intenção preservacionista, “por mais que o nome pressuponha uma atividade turística, difere bastante do que conhecemos hoje como algo que informe e seduza o turista. Naqueles escritos há uma mescla da história da cidade e sua formação com informações relevantes a quem viesse a conhecê-la”.

A passagem do uso de inúmeros edifícios de moradia para comércio focado em turistas, denota que estes lugares com uso social passaram a ter significado turístico, redirecionando os seus usos.

Com esse atributo simbólico a divulgação da cidade pelo marketing turístico passou a trabalhar com imagens que envolva tais símbolos identitários. Nota-se que as imagens turísticas apoiam-se nos símbolos pertencentes ao imaginário social para promover a atividade no local. Os símbolos que geralmente compõem as imagens turísticas dão singularidade e veracidade para a paisagem (VIANA; BRUSADIN, 2019, p.11).

2.2. A (não) identificação do morador com bens do patrimônio

Quando se fala de patrimônio cultural devemos situar no tempo a informação e a quem deve ser levada. A utilização do termo patrimônio sugere que há algum grupo social que o considera como algo de interesse e de cuidado e insere esta informação a aquelas construções, tanto de origem humana quanto a paisagem de ordem natural, como importantes para novas gerações e testemunho do passado.

O uso do adjetivo cultural acompanhado de “patrimônio” ou de “bem”, não deve ser leviano, pois se a matéria oriunda de tombamento não fizer parte da vida da comunidade, ela não tem o papel transformador que a cultura impele. Embora essa conclusão pareça simplista, ela desvela a necessidade de um compromisso de conexão entre dois tipos de valor, aquele dado pelos órgãos de tombamento e aquele dado pelos moradores, que denominamos como valorização patrimonial e valorização afetiva, respectivamente (FREIRE, 2019, p. 84).

A patrimonialização de bens faz sentido quando o morador se sente pertencente e participa dos processos conduzidos pelas instituições do Estado. Essa conexão é extremamente importante para manter proximidade com os bens e, sentido-se corresponsáveis pela guarda, manutenção e preservação, os moradores então valorizam estes bens:

A valorização é, portanto, um ato de determinar o valor de algo, relativo à sua qualidade, e está ligada ao valor dado por e admiradores de uma obra. Valorização afetiva refere-se, portanto, a essa determinação de valor dentro do mundo espiritual do sujeito, como um objeto cultural. Já a valorização reporta-se a um preço ligado a uma melhoria, por isso, quando de valorização patrimonial, nos referimos as ações governamentais em prol do aumento do valor mercadológico de determinados monumentos, tanto a partir de restaurações quanto pelo uso do instrumento de tombamento (no caso, os bens imóveis) (FREIRE, 2019, p. 84).

Dentre o mesmo espaço geográfico, há inúmeras manifestações de grupos sociais diversos, com objetivos e visões de mundo diferentes. Esses conflitos impactam na patrimonialização dos espaços e alguns indivíduos destes locais com a valorização mercadológica e o mercado imobiliário. Para outras pessoas que não desejam auferir valores, os bens fazem parte de sua vivência e, portanto, não se tem “valor” financeiro. A imposição de patrimonialização na forma tradicional, sem a participação popular, em partes provocam revolta de moradores, conforme aponta Nigro (2005, p. 1) “os bens culturais de um forte caráter patriótico, prestigioso e elitista e também conduziu a um distanciamento muito grande

entre habitantes e instituições de preservação”. No Brasil, a incipiente educação patrimonial, a falta de apoio governamental pós processo de patrimonialização e de recursos para manter estes bens conservados e em uso, contribuem que inúmeras obras arquitetônicas de valor inestimável se deteriorem ou sejam demolidas em favor a construções modernas.

Por portar esse forte caráter nacionalista, prestigioso e elitista, a noção de patrimônio passou a sofrer críticas. Sobretudo nas décadas de 60 e 70, surgiram inúmeros questionamentos e reavaliações no campo preservacionista configurando um processo, que se estende até os dias atuais, ao qual denominamos de processo de democratização do patrimônio (NIGRO, 2005, p. 3.)

A própria ideia de modernização que se intensificou no pós-guerra e nas décadas de 1960, contribuíram indiretamente com o fenômeno das mudanças estruturais das cidades e as reuniões e encontros que aconteceram nesse período reverberaram ainda mais num contexto de maior internacionalização do capital, quando se iniciou um processo de homogeneização dos padrões estéticos formais da cidade (NIGRO, 2005). A homogeneização de espaços e ambientes de usos, conforme menciona Nigro (2005, p. 2), advém da maior integração do capital e universalização de padrões construtivos modernos, facilitados “com materiais construtivos e técnicas que facilitam as construções com padrões contemporâneos em detrimento de reformas e ou reparação de construções antigas”, que demandam conhecimento histórico, técnicas construtivas da época em reparos, “aparências ultrapassadas”, influem em muitos moradores a vontade fazer mudanças nessas construções.

Como as dinâmicas dos grupos sociais mudam constantemente, construções ou objetos que eram alvos de políticas de rememoração, preservação, podem ser abandonadas em outros momentos, impactando no contexto geral da patrimonialização. Esses são elementos típicos da cultura ocidental que tem o imediatismo como característica, podem deixar bens sem a devida proteção, como sugere Severo (2004, p. 3) “os monumentos históricos são admitidos, portanto, como invenções do Ocidente que visam fortalecer os valores de civilização e estão sujeitos a critérios seletivos, em um jogo dialético que envolve esquecimento/rememoração e destruição/preservação”. Estas mudanças podem trazer danos, segundo Fernanda Severo (2004).

Uma espécie de desencontro entre o habitante e o tempo vivido, seguido de outros dois desencontros, a falta de diálogo desse mesmo habitante com o planejador urbano e com o visitante. Se aquele que tradicionalmente estaria vinculado ao espaço não o percebe como um marco emocional para sua existência, não o salvaguardará dos danos e dos interesses alheios aos do seu grupo, nem tampouco o apresentará como um espaço denso de significado para quem o desconhece (SEVERO, 2004, p. 04).

A necessidade de adaptações dos espaços para outros usos, diferente do planejamento inicial de uma determinada construção, como uma casa residencial que são transformadas em estabelecimento comercial, por vezes desfiguram as construções, transformando apenas em um tipo de uso diferente do concebido.

Estes conflitos são cada vez mais latentes e expressam a dificuldade de conciliar o desejo de todos os residentes, sendo que alguns grupos descontentes passam a não contribuir com a estrutura geral da preservação. Dessa forma, os cidadãos devem ser ouvidos, a cidade compõe um tecido vivo devendo ser entendido e refletido

Ao considerar as múltiplas manifestações atuantes nas áreas históricas urbanas como órgãos vivos e transformadores da realidade de tal sociedade, aliado a um processo contínuo de formação da identidade humana, se torna fundamental perfilar os elementos integrantes da Paisagem Urbana Histórica para além da salvaguarda do patrimônio material, e reconhecer nas relações de experiências cotidianas os mais variados instrumentos ativos e integrantes de uma determinada cultura na produção social dos próprios espaços (REZENDE, 2018, p. 15).

Para além do patrimônio construído ou material, o imaterial compõe a “personalidade” de um grupo.

É de extrema dificuldade, e até mesmo questionado por muitos autores contemporâneos, definir as delimitações existentes na sociedade contemporânea a respeito do patrimônio e suas respectivas divisões. O conceito de patrimônio cultural envolve em grande escala o feito humano atrelado a um contexto, ou seja, todo espaço ocupado pelo homem leva ele a deixar impressões como resultado de suas ações, sendo que, essas impressões podem ser no nível material ou simbólico, que representam a interferência humana no ambiente, todas essas ações são consideradas cultura, e por sua vez patrimônio cultural (BRUSADIN, 2009, p. 75)

A preservação constitui a principal forma de manter revigorados a ligação dos indivíduos com a história, fonte de conhecimento para as futuras gerações.

Ao se contemplar um espaço de relevância histórica, esse espaço evoca lembranças de um passado que, mesmo remoto, é capaz de produzir sentimentos e sensações que parecem fazer reviver momentos e fatos ali vividos que fundamentam e explicam a realidade presente. Essa memória pode ser despertada através de lugares e edificações, e de monumentos que, em sua materialidade, são capazes de fazer rememorar a forma de vida daqueles que no passado deles se utilizaram. Cada edificação, portanto, carrega em si não apenas o material de que é composto, mas toda uma gama de significados e vivências ali experimentados (TOMAZ, 2010, p. 2).

A falta de conhecimento e a lógica do mercado imobiliário, com locais privilegiados de muitos casarões e a especulação imobiliária facilitam que construções de relevante valor histórico se deteriorem ou sejam demolidas para novas construções, podendo render mais financeiramente do que custear a preservação de edificações antigas.

CAPÍTULO 3. COM A PALAVRA O MORADOR

Este capítulo apresenta os resultados obtidos na pesquisa, a sua interpretação, o diálogo com os questionamentos e análises das questões que pressupõem a degradação do patrimônio e a perda de interesse de alguns moradores visto nas repostas, a identificação dos problemas na visão dos entrevistados, além dos problemas que afetam o morador e o visitante. A percepção ou condição de querer ou não manter as construções preservadas, pontos considerados positivos para o patrimônio e o turismo, e a reflexão da importância da preservação do patrimônio nas áreas afastadas do centro histórico, tradicionalmente com menos visibilidade, foram fatores considerados nas indagações de pesquisa e nas respostas dos entrevistados.

3.1. A cidade sob a ótica do morador

As mudanças ocorridas na percepção e adoção de novas ideias preservacionistas nas instituições governamentais permitiram a incorporação de novos bens e tem proporcionado a aproximação do morador com a patrimonialização desses bens.

A inclusão de bens contemporâneos e antigos, exemplifica essa tendência.

[...] Nas políticas preservacionistas uma tendência crescente de se instituir como patrimônio, não apenas edifícios isolados, mas conjuntos edificados, bairros, vilarejos, cidades, sítios arqueológicos e naturais, conformando sua ampliação geográfica (NIGRO, 2005, p. 3).

O morador é o melhor guardião das histórias, das memórias, da defesa dos bens, sendo necessário levar em contas as aspirações da comunidade como ferramentas de desenvolvimento sustentável do turismo e da preservação. Para Oliveira e Moreira (2009, p. 6) “agregam-se valores que permitem melhor aproximação e enriquecimento cultural de turistas e visitantes, principalmente na interação com a comunidade local”, uma relação que todos os lados têm ganhos e o visitante se insere como incentivador. Quando o turismo promove o engajamento da comunidade, permite o resgate da cultura local, a valorização do patrimônio e conseqüentemente há melhor entrosamento, com o morador se transformando também em agente receptivo dos turistas.

O envolvimento com o patrimônio, todavia, pode se estabelecer na medida em que ele for incorporado ao cotidiano de forma compreensível. Um dos recursos possíveis é a mediação da memória: o passeio pelo centro ganha colorido quando compartilhado por antigos moradores da cidade. Rememoram acontecimentos, identificam edificações inexistentes, apontam peculiaridades de tempos idos: o antigo cinema hoje convertido em espaço religioso em virtude do novo uso, os

logradouros que teve seu desenho alterado, obras de arte removidas a fim de intensificar o tráfego local. A narrativa marcada pela recordação vem carregada de emoção e o passado ganha coloração positiva (BASTOS, 2004, p. 2).

O turismo depende da boa receptividade do morador, devendo respeitar as particularidades dos locais que visitam, evitar atritos indesejáveis que podem trazer sentimentos negativos dos moradores com os visitantes, prejudicando a cadeia do turismo.

No entanto, a relação entre o turismo e a cultura deve estar bem alinhada com a comunidade, que valoriza seu ambiente, é reconhecida pelo trabalho que desempenha e reflete a possibilidade de executar variados investimentos que podem ampliar o desenvolvimento econômico e social. Dessa forma, apenas por intermédio da comunidade é que existem condições satisfatórias de manter e preservar, de forma sustentável, todo o legado cultural que precisa ser resguardado para o melhor aproveitamento (MOREIRA; OLIVEIRA, 2009, p. 7).

Outra forma de resgatar o pertencimento é proporcionar que os maiores elementos aglutinadores entre os moradores e a atividade turística, como as construções históricas, a cultura e os espaços de vivência, sejam valorizados como partes da história local, como prova material dos fatos e acontecimentos históricos que ali se passaram.

Para manter a identificação com o morador uma boa estratégia é a de incluir o patrimônio nas atividades recreacionais da comunidade, com a reorientação de atividades e alteração de usos dos edifícios. Planejamento, gestão e análise dos produtos oferecidos devem visar o controle de resíduos, a deterioração das edificações e do entorno em virtude da presença frequente de visitantes (BASTOS, 2003, p. 3).

O morador é o centro das discussões sobre as questões de salvaguarda dos bens, o quão satisfeito sente com os rumos da preservação, as implicações nas suas atividades cotidianas. As mudanças que fazem nas edificações trazem preocupações e são a base das discussões sobre o patrimônio, podendo ser prejudiciais sem a devido amparo técnico, e a percepção de que espaços degradados devem ser eliminados pode ser visto como algo comum.

A tendência natural do homem moderno é olhar com desprezo as construções antigas, vendo-as como bens ultrapassados e desatualizados, os quais devem ser demolidos e ceder lugar a edificações mais modernas e arrojadas, mais úteis ao desenvolvimento da cidade. Esse tipo de pensamento impacta frontalmente a idéia de preservação, de valorização do patrimônio como herança histórica a ser preservada. O cuidado com os bens patrimoniais visa resguardar a memória, dando importância ao contexto e às relações sociais existentes em qualquer ambiente (TOMAZ, 2010, p. 4).

A cidade construída pelo morador é para o seu uso em primeira análise, contudo ao longo do tempo atribui-se novos usos, entretanto, alguns moradores se sentem “dono sem ser dono” devido às inúmeras restrições dos órgãos do patrimônio impõem para fazer reformas,

provocando conflitos com os órgãos e entre os demais moradores que pretendem modernizar áreas para uso imobiliário ou comercial, e também com os demais que tem interesse em manter preservadas as edificações.

Pressionada por um sistema de interesses distintos, no qual se sobressaem, primeiramente, o interesse pelo capital, a cidade resiste ao paradoxo entre a conservação do seu patrimônio, o expansionismo comercial, a geração de empregos, a gentrificação do centro histórico e a periferização da população mais humilde. (CUNHA, CALDEIRA, 2017, p. 195).

As marcas do descontentamento de partes da população começaram a ser notadas entre 2016 e 2017, quando surgiram algumas pichações em Ouro Preto, as quais tinham uma emblemática frase “a cidade é da humanidade, mas não da comunidade” (SILVA, 2019, p. 12), evidenciando que há grupos que não concordam com os rumos que a cidade vem sendo tomada ou que são excluídos dos benefícios econômico ou social da atividade turística proporcionada (figura 1).

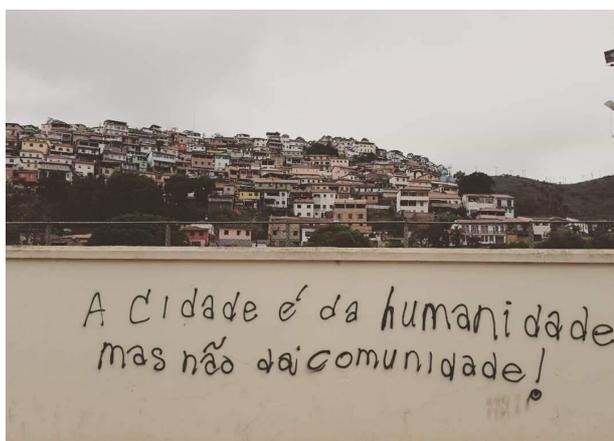


Figura 1: pichações
Fonte: Tayná Carmacio Silva, 2019

O patrimônio constitui uma forma de resistência no mundo, uma forma de manter a identidade, de situar no tempo perante cada indivíduo, de manter uma uniformidade do grupo social, mantendo as manifestações coletivas em evidência. Conforme Grammont (2006, p. 257) “com relação às reformas, os antigos casarões têm alterado seu padrão arquitetônico, descaracterizando a parte externa, principalmente dos fundos, com acréscimos, em um processo de adensamento acelerado”, ou casarões que fazem parte da história da cidade, que tiveram moradores que ainda fazem parte das lendas urbanas de Ouro Preto, como o que pertencia ao Vira Shaia, que quase foi demolido (figuras 2 e 3).



Figura 2: Casa do Vira Shaia⁶
Foto: Eduardo Trópia, s/d



Figura 3: Casarão Vira Shaia em reforma
Foto: autor, 2022

Embora em níveis diferentes, para Tomaz (2010, p. 6) os grupos sociais diferem nas formas de patrimonializar, “o que torna um bem dotado de valor patrimonial é a atribuição de sentidos ou significados que tal bem possui para determinado grupo social, justificando assim sua preservação”. Há então indivíduos que dentro do mesmo conjunto de moradores sentem insatisfeitos com as políticas preservacionistas que os órgãos públicos adotam.

De formas diferentes, a concepção principal de patrimônio engloba o conjunto de construções, objetos, manifestações, que representa uma unidade para um grupos uniforme, conforme assinala Azevedo (2020), constituindo espaço de microterritorialidades,

⁶http://www.ouopreto.com.br/uploads/porta1_ouopreto_2014/secoes/tn/250_250_quadrado_7e9cdcd4b81c291911ef72c5ab3f214245e758dc.jpg

particularidades, espaços de (re)construção constantes. Em Ouro Preto há os territórios dos turistas, dos universitários, dos moradores e que se interconectam na mesma cidade, porém por vezes com olhares divergentes.

3.2. Relações de pertencimento do morador sob análise

A cidade é formada por diversos grupos sociais, por moradores, estudantes, turistas que têm visão de mundo diferentes e por vezes conflitantes, com interesses dissonantes à preservação da cidade. Embora todos dependem e fazem parte dos rumos da cidade, as políticas preservacionistas ou as mudanças que são realizadas podem atingir o patrimônio histórico, observa-se que alguns indivíduos são mais flexíveis quanto às intervenções.

Para esta pesquisa, foi elaborado um questionário com cerca de 15 questões via *Google Formulários*, com entrevistas semiestruturadas, que foi aplicado em vários bairros de Ouro Preto de forma aleatória. As perguntas são generalistas dentro do tema do patrimônio com uso de poucos termos técnicos, que facilitaria compreensão dos entrevistados. A escolha dos bairros foi de forma a ouvir os moradores mais periféricos onde há também problemas de preservação e recorrentes questionamentos de pouco acesso aos benefícios das políticas de preservacionistas. As entrevistas foram realizadas presencialmente com 28 moradores e dois visitantes, realizada em diversos bairros da cidade como Morro Santana, Padre Faria, Antônio Dias, Morro São Sebastião e Alto da Cruz. A escolha de vários bairros em pontos diferentes da cidade parte da premissa que os moradores desses locais têm percepções e visões diferentes do tema, com maiores ou menores grau de intimidade com o patrimônio, que se beneficia ou não dos ganhos turísticos com a preservação.

Optou-se por esta metodologia por serem mais fáceis de serem compiladas posteriormente e ter uma probabilidade razoável de informação que se pretende averiguar. As questões foram para observar o grau de afinidade das pessoas entrevistadas com a questão de salvaguarda, preservação e uso turístico do patrimônio histórico material e a que venha ter medidas protetivas de órgãos governamentais.

A pesquisa é de caráter qualitativo, na qual busca a observação do conteúdo das respostas dos entrevistados descrevendo as impressões, opiniões e pontos de vista, consistindo respostas de sim/não, com opções de marcar algumas das alternativas e todas com o campo de outras respostas/comentários, que o entrevistado poderia expor, além das respostas padrão, a sua visão, sugestões e outra opções de itens, além das mencionadas no questionário.

Aprofundando no questionário, do universo de 28 pessoas, duas eram visitantes que estavam de passagem pela cidade (figura 4). Das 15 perguntas do questionário, uma era específica se o entrevistado era morador ou visitante, com as demais relacionadas com o objetivo da pesquisa. Optou por esta forma de identificação sucinta para ter noção se poderia ter influência na percepção e nas respostas posteriores de acordo com a percepção.

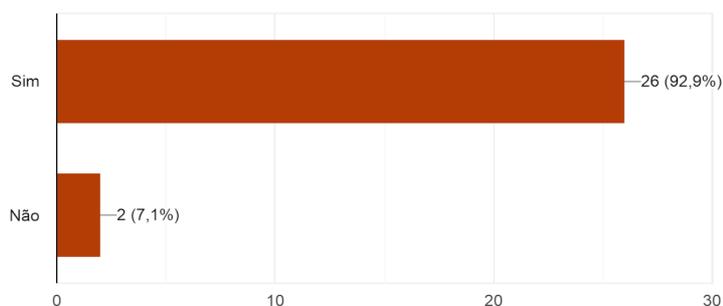


Figura 4-Total dos entrevistados residentes no município e visitantes

A segunda pergunta do questionário enfatiza o aspecto do crescimento do turismo no município e 89,3% acreditam que o turismo tem espaço para crescer na cidade e salientaram que foi mencionado melhoria na infraestrutura turística como meios de transportes, divulgação dos atrativos, aumento do tempo de estadia e maior concorrência entre os comerciantes sendo relevante (figura 5).



Figura 5- Possibilidade de crescimento do Turismo no município segundo os entrevistados

A cidade detém um enorme patrimônio material tombado e de relevância internacional, o tombamento municipal nos últimos anos teve aumento expressivo e em boa parte são pedidos da comunidade. Segundo o COMPATRI, entre 2003, ano da sua criação, até 2015, cerca de 27 bens foram tombados pelo município, na terceira pergunta aos entrevistados foi indagado quais seriam os bens que veem como necessários de serem preservados, sendo que houve pequenas variações de quem consideram a preservação total de todos os bens mencionado na pergunta sendo igrejas (90%), chafarizes (82%), minas de ouro (78%), prédio públicos históricos (82%), casa antiga do bairro do morador e até o traçado característico da

cidade como ladeiras íngremes e calçamento de pedras (85%) sendo considerado importante. Houve também menção a sítios arqueológicos que merecem atenção e tombamento, uma vez que também retratam um passado histórico. Nesse universo, houve moradores que citavam que a cidade deveria manter apenas igrejas sendo as demais construções sem relevância histórica (figura 6).

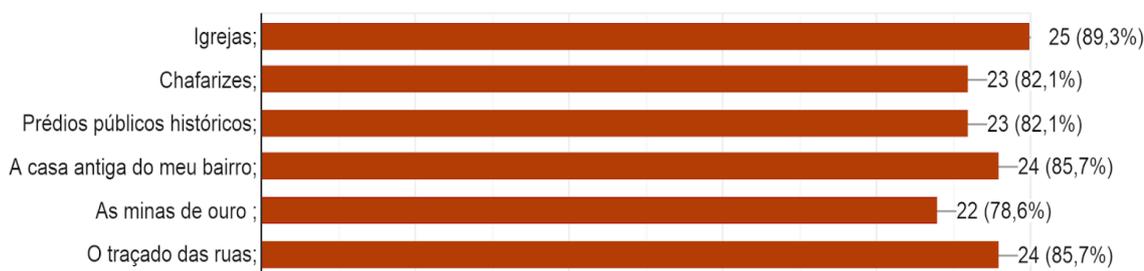


Figura 6- Quais atrações turísticas que devem ser preservadas

As construções tombadas demandam maior atenção e cuidados dos tutores, sendo o custo financeiro o maior empecilho observado nas respostas dos entrevistados na quarta pergunta na qual “o morador tem o dever de manter as características das construções e os aspectos histórico intactos”, 89,3% responderam que concordam, sendo que a maioria sugeriu que recebam auxílio ou algum programa que incentive e/ou financie os custos de manter estes imóveis preservados. Sendo que um dos respondentes optou por não responder. Esta constatação sugere que alguns imóveis sofreram deterioração devido aos custos de manutenção elevados e que alguns moradores não teriam condições de arcar (figura 7).



Figura 7 - Dever da preservação das construções pelos moradores

Em outro aspecto levantado pela pesquisa, observou-se que quase a unanimidade das respostas dos entrevistados 89,3%, veem a contribuição do turismo para a preservação do patrimônio histórico como fator positivo, que o aumento do fluxo turístico contribui para melhorias das condições estruturais das construções e isso atrai visitantes à cidade. Dos participantes, um entrevistado afirmou que depende das circunstâncias e de como são

desenvolvidos na localidade. Os entrevistados fizeram menção também à maior participação do setor público e também na necessidade de educação dos turistas (figura 8).



Figura 8- Percepção da responsabilidade do setor turístico na preservação

A sexta questão da pesquisa levantou o problema do dever da participação de moradores que não usufruem do turismo mas se a sua colaboração na preservação do conjunto histórico seria importante para a cidade. Nas respostas dos entrevistados obteve quase unanimidade 27 dos 28 respondentes concordando positivamente e desse modo observa-se que os moradores se políam favoravelmente à manutenção do patrimônio (figura 9).



Figura 9- Dever de participação dos moradores que não participam da atividade turística na preservação do conjunto histórico

Boa parte do conjunto arquitetônico, notadamente os casarios, principalmente do núcleo histórico da cidade são utilizados como hotéis, restaurantes, comércio e repartições públicas, sendo que nesse processo de adaptações de antigas moradias para os novos usos há diversas intervenções, como restaurações e adaptações físicas dessas construções. Nesse contexto de intervenções, a sétima pergunta aos entrevistados questiona se eles considerariam essas mudanças como descaracterização do patrimônio histórico da cidade, como a perdas de elementos construtivos e 67% dos respondentes afirmaram que essas adaptações provocam a descaracterização do conjunto histórico, porém, afirmam serem necessárias para usos atuais, sendo que a maioria ressalta que partes externas das construções devem manter da forma original, salvo restaurações (figura 10).



Figura 10 - Adaptações podem descaracterizar o conjunto histórico?

A patrimonialização dos bens materiais privilegia fatos marcantes na história e de relevância nacional e o chamado centro histórico e seu entorno é onde recebe destaque e apoio de órgãos governamentais e divulgação pela mídia. No entanto, há diversas construções tão antigas quanto as do perímetro central que pertencem a outras regiões do chamado “caminho tronco”, ou seja, o perímetro colonial da cidade e dos morros, que necessitam de revitalizações, restaurações e divulgação turística, não tendo o mesmo tratamento. Na oitava pergunta do questionário indagou aos entrevistados sobre a percepção de excesso de valorização nas áreas centrais e certo abandono das áreas periféricas. 53% dos respondentes acreditam que esta diferença de tratamento não deveria ser considerada normal pelo mercado e setor turístico, sendo que, segundo os comentários, todo o conjunto de construções, sítios arqueológicos, ruínas de mineração devem ser preservados, revitalizados e divulgados turisticamente como atrativos e aumento de visitantes que invariavelmente contribuiria para maior visibilidade local (figura 11).



Figura 11- Questionamentos sobre valorização de áreas turísticas e desvalorização de outras periféricas

A nona pergunta questiona o entrevistado se o desenvolvimento econômico do município é possível com a preservação do patrimônio histórico sem prejuízo de uma ou outra. Das respostas, apenas um respondente afirmou que não seria possível, demonstrando que a maioria acredita que é possível obter crescimento econômico e a preservação do conjunto histórico, sendo que o crescimento do turismo gera movimentação econômica e ressaltaram que os agentes do setor adotassem medidas de proteção mais eficientes e que isso traria benefícios econômicos também (figura 12).



Figura 12- Possibilidade de preservação e desenvolvimento econômico em conjunto

Os casarões, as igrejas e outros edifícios estão em sua maioria em bom estado de conservação, são tombados e são usados para diversas atividades, porém há alguns que ainda sofrem com a falta de manutenção dos donos, reformas ou até incidentes da natureza que

destroem importantes marcos históricos da cidade. Na esteira desses problemas que ocorrem na cidade e trazem perdas significativas, foi indagado aos entrevistados se eles considerariam esses fatos como problemas para o conjunto arquitetônico da cidade e, nesta décima pergunta, todos foram unânimes nas respostas e concordaram que embora ocorram, sendo difícil em alguns casos a prevenção, como por exemplo o “Casarão Baetas Neves” que cedeu após deslizamento de terra em 13 de Janeiro de 2022 (figura 13).



Figura 13- Perda de construções históricas sentida como problema do patrimônio

As entrevistas foram realizadas em diferentes bairros da cidade, isso traz visões diferenciadas dos moradores com relação às construções que considerem importantes para preservação e que contam partes de suas histórias de vida, de fatos marcantes e atratividade turística. Com relação a isso, a décima primeira questão permite que os respondentes o questionário elegeisse alguma construção ou marco que em alguns casos precisam de maior atenção e que tivessem também afetividade, com 78% afirmando que tem vários lugares, construções que merecem atenção, citando o lendário “Casarão do Vira Saia” do Antônio Francisco Alves que, segundo a tradição, era o chefe do bando que interceptava tropas que transportavam ouro de Minas para o Rio de Janeiro na época da colônia, situado na rua Santa Efigênia (figuras 2 e 3), várias igrejas, capelas, pontes históricas, chafarizes e sítios arqueológicos.

Embora seja problemas pontuais, de forma geral, as pessoas que participaram dessa entrevista concordam que a cidade, sendo um dos maiores polos indutores do turismo de caráter histórico e cultural do país, de enorme relevância na formação do estado brasileiro, com grande exposição midiática, importância estratégica e reconhecimento internacional, traz benefícios para a população segundo que nas respostas da pesquisa, citaram o crescimento do turismo, emprego nos setores hoteleiro e de alimentação são alguns dos comentários com todos participantes concordando da importância turística como benefício.

Quando uma construção é tombada, o poder público através de legislação específica, impõe algumas restrições sobre intervenções que podem ser realizadas nos imóveis, a fim de impedir a sua destruição e ou a descaracterização. Desse modo, os moradores devem seguir as

normas, sendo preciso ter autorização da prefeitura e IPHAN para realizar restaurações, reformas e ou adaptações para novos usos do imóvel. Na décima terceira pergunta, foi posta essa indagação aos entrevistados, se estas autorizações de ordem patrimonial beneficiariam ou traria atrasos nas obras. 75% dos entrevistados afirmam que trazem benefícios, mas com muitas ressalvas, de modo geral, permite que mantenha as características das construções, seu estilo, a sua história e as intervenções realizadas de acordo com a legislação, sem possíveis penalidades futuras. Porém, da mesma forma, houve bastante questionamento sobre o apoio do setor público com contrapartida financeira, apoio técnico, menor burocracia, que na fala dos mesmos a influência política também é empecilho na resolução dos problemas.

A restauração dos imóveis foi a opção mais respondida na penúltima pergunta com 60%, seguido por adaptações autorizados pelos órgãos do patrimônio com 32% das pessoas, com a ressalva de disponibilidade recursos e os outros restantes com respostas diluídas entre venda do imóvel caso não tivessem recursos, pois não teriam condições financeiras de arcar com os custos, foram respostas com muitas opções dos respondentes e segundo os mesmos, dependerá da sua condição econômica e apoio de meio governamentais para fazer tais ações. Essas foram as perguntas que foram feitas aos entrevistados, sobre quais mudanças fariam se morasse em uma construção histórica ou fosse dono (figura 14).

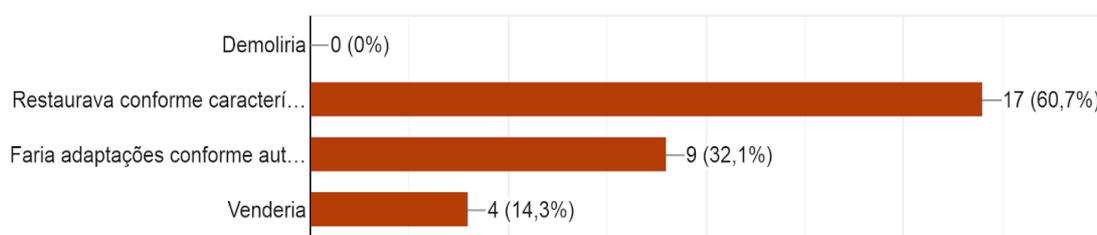


Figura 14- Quais mudanças os entrevistados fariam nas construções

A cidade é conhecida pela sua importância no cenário histórico e cultural, isso atrai turistas de várias partes do mundo, movimentando o comércio, gera empregos e renda para parte dos moradores. Finalizando o questionário, a última pergunta faz o entrevistado refletir sobre a diversificação turística, uma vez que o município possui outros atrativos como parques naturais, destacando o Parque Estadual do Itacolomi, o jardim botânico Parque Horto do Contos sendo o segundo mais antigo do país, o Parque Natural Municipal das Andorinhas dentre outros, constituem parte do patrimônio natural e se isto poderia ser também incentivado, diversificando o turismo. A pesquisa também instigou os entrevistados a refletir sobre a variedade de opções turísticas que o município tem e são pouco exploradas. Nas respostas, obtive 96% afirmativamente a que deve ter incentivos à dinamização destes bens

do município, com incremento de atividade artísticas culturais nos parques e nos diversos distritos do município. Esta pergunta vai de encontro com as propostas de diversificação turística, abarcando os diversos públicos e também a preservação do patrimônio natural. Isso permite também afirmar que, na opinião desses entrevistados, o turismo histórico e cultural que é tão importante para o município como fonte de renda e emprego, pode ser associado e divulgado junto com os atrativos naturais. A composição social com diversos grupos permite diversidade de opiniões acerca das transformações e objetivos quanto aos rumos tomado pela cidade com as mudanças espaciais (figura 15).



Figura 15- A importância de diversificação do setor turístico com atrativos naturais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento desta pesquisa, foi possível compreender melhor as aspirações dos moradores com os problemas relatados na teoria, na mídia e em outros estudos que sugerem a perda de elementos históricos, de construções, por reformas mal sucedidas e até acidentes naturais como exemplos que contribuem para o afastamento dos moradores de regiões consideradas periféricas ao núcleo urbano tombado e reconhecido com centro histórico. Vale ressaltar que, contrariando alguns questionamentos iniciais que pressupunham um não reconhecimento dos espaços patrimonializados, observou-se na pesquisa que a maioria dos moradores entrevistados têm forte apego pela história da cidade, pela sua rotina, e pelos elementos sociais que entrelaçam e constituem a cidade. O fator econômico foi a questão mais enfatizada nas respostas da pesquisa que pesa na maior preservação das construções. Da mesma forma, há também indivíduos insatisfeitos com os rumos que são tomados no desenvolvimento da cidade, que consideram restritivos às imposições dos órgãos do patrimônio em diversos aspectos.

Neste trabalho observou que as condições econômicas são fatores bastante fortes na preservação das construções, e menor a questão do pertencimento, com a maioria das respostas afirmando o desejo de preservar, sendo importante delinear mais detalhadamente e mais aprofundado essa questão econômica como possível viabilidade de maior política de preservação, sendo importante investigar para trabalhos futuros.

As transformações que acontecem ao longo da história, proporcionam visões diferentes e novos moradores, mudanças econômicas e culturais interferem nas políticas de salvaguardas do patrimônio. Essas transformações são inerentes aos seres humanos e são o motor do desenvolvimento das sociedades, portanto, devem ser compreendidas, analisadas e refletidas como parte do todo o conjunto da história. Esse trabalho, demandou muita reflexão acerca das atividades que desenvolvem na cidade, seguem seu curso de transformações, ora degrada, ora são preservacionistas, em suma, o equilíbrio torna-se importante e conciliador de todos os entes presentes no curso da história local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRIOLO, Arley. Entre a ruína e a obra de arte: psicossociologia da percepção da cidade histórica turística . Estudos de Psicologia, 14(2), Maio-Agosto/2009, 159-166 . Disponível em : <<https://www.scielo.br/j/epsic/a/gyFOYsKBDVgD8wRC8vFgbJN/?format=pdf&lang=pt> >. Acesso em 22 junho. 2021;

AGUIAR, Leila Bianchi. Desafios, permanências e transformações na gestão de um sítio urbano patrimonializado: Ouro Preto, 1938-1975. Estudos Históricos (Rio de Janeiro) 2016, v. 29, n. 57, pp. 87-106. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-21862016000100006>>. Acesso em: 30 julho 2021;

BASTOS, Sênia. REQUALIFICAR OU REVITALIZAR?: AÇÕES DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, TURISMO E HOSPITALIDADE. II Seminário de pesquisa em turismo do Mercosul, [S. l.], ano 2004, 11 set. 2004. II Seminário de pesquisa em turismo do Mercosul, 2004 - fundacao.ucs.br, p. 01-12. Disponível em: <https://fundacao.ucs.br/site/midia/arquivos/73-requalificar.pdf>. Acesso em: 28 out. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Brasília: [s. n.], 1988. - p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 nov. 2021.

BRUSADIN, Leandro Benedini; SILVA, Rafael Henrique T. da. Patrimônio Cultural e o Turismo: abordagem interdisciplinar. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. Disponível em : https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772007_010db226064d6aaa00f90c179b64dec6.pdf . Acesso em 12 Ago. 2021;

Bastos

CARMO, B. H. A. Os Programas de Preservação do Patrimônio Cultural (PCH, Monumenta e PAC-CH) e a esfera municipal: aproximações em Ouro Preto. XVII Enanpur. Anais Enanpur São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://anpur.org.br/ojs/index.php/anaisenanpur/article/view/2255> > . Acesso em: 30 jul. 2021;

MORAES CONCEIÇÃO, R. A. TURISMOFOBIA E POLÍTICAS PÚBLICAS EM TURISMO. Revista Turismo & Cidades, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 150–168, 2020. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/turismoecidades/article/view/13753> . Acesso em: 22 nov. 2021

CUNHA, Victor Lacerda; CALDEIRA, Altino Barbosa. REFUNCIONALIZAÇÃO:: TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM DE OURO PRETO/MG. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo - Periódicos Puc Minas , Belo Horizonte, v. 24, 1º sem. 2017. DOI 10.5752/P.2316-1752.2017v24n34p180. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5&q=REFUNCIONALIZACÃO%3A+TRANSFORMAÇÕES+NA+PAISAGEM+DE+OURO+PRETO%2F+MG&btnG=> . Acesso em: 30 jul. 2021.

CPDOC | FGV • CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (São Paulo). A Era Vargas: dos anos 20 a 1945: Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945) > Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *In*: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional . [S. l.], 2020. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/SPHAN>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

DINIZ, P. H. C. ; ALMEIDA, C. C. O. O reuso de edificações históricas e sua importância para a sustentabilidade nas cidades. 2º Fórum de Desempenho das Edificações . IMED, 27 e 28 Outubro 2016. Disponível em <https://www.imed.edu.br/Uploads/5_SICS_paper_61.pdf>. Acesso em : 07 ago. 2021;

FRANCISCO, Andressa Ribeiro. Tombamento do Patrimônio Cultural em Ouro Preto:: o processo de seleção dos bens imóveis. 2017. 79 f. TCC (Graduação) - Curso de Técnico em Conservação e Restauo., Diretoria de Pesquisa, Graduação e Pós-Graduação, Instituto Federal Minas Gerais - Campus Ouro Preto, Ouro Preto, 2017. Disponível em: <http://edumat.ouropreto.ifmg.edu.br/wp-content/uploads/sites/33/2018/10/Tombamento-do-Patrimônio-Cultural-Andressa-2017.pdf> . Acesso em: 10 jun. 2022.

FREIRE, Janaína Mourão. Patrimônio(s) Cultural(is):: Abordagem fenomenológica para estudos de patrimonialização. *PatryTer: Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal*, Brasília, v. 2, ed. 4, p. 83-99, 1 out. 2019. DOI <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i4.22999> . Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/22999> . Acesso em: 5 nov. 2021

GRAMMONT, Anna Maria de. Ouro Preto: problemas de um patrimônio histórico no início do século XXI. *Turismo - Visão e Ação*, Camboriú- SC, set./dez. 2006. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2610/261056108009.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2021;

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) (Brasil). Patrimônio Mundial Patrimônio Mundial Cultural e Natural. *In*: Patrimônio Mundial Patrimônio Mundial Cultural e Natural. [S. l.], 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

JOHN, Nara Marlei. Identificação, Valorização e Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural. XI Encontro estadual de História, 23 a 27 de julho de 2012, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FURG). Disponível em: <http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1343687593_ARQUIVO_TextoparaincluirmosanaiseletronicosdoXIEncontroEstadualdeHistoria.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021;

MEDEIROS, Mércia Carréra de; SURYA, Leandro. A Importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio. ANPUH - Associação Nacional de História : XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Fortaleza - CE, 2009. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0135.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

MONTEIRO , Luciano. O movimento modernista e a construção de uma identidade nacional sob a égide do Estado Novo. *Semana de Arte Moderna de 1922 – 90 anos* (artigos e

documentários), Belo Horizonte - MG, 13 fev. 2012. Disponível em: https://www.13snhct.sbhc.org.br/resources/anais/10/1345085694_ARQUIVO_Artigo-LucianoMonteiroSBHC.pdf . Acesso em: 9 nov. 2021.

NIGRO, Cíntia. DA DEFESA DO PATRIMÔNIO AO TURISMO CULTURAL. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo- SP, 26 mar. 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaturistica/18.pdf> . Acesso em: 2 nov. 2021.

NATAL, C. M. Ouro Preto e as primeiras representações da cidade histórica. URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 1–20, 2013. DOI: 10.20396/urbana.v1i1.8635117. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635117>>. Acesso em: 14 julho. 2021.

REZENDE, Edson Fialho. A produção do espaço no centro histórico de Ouro Preto: processo de esvaziamento residencial e as práticas entre o percebido e o vivido. Orientador: Leonardo Barci Castriota. 2018. 161 p. Dissertação (Mestre) - UFMG, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-B4XPQR?mode=full>> . Acesso em: 11 ago. 2021;

REZENDE, Yuri Alexandre Estevão; AZEVEDO, Leonardo Francisco de. A Ouro Preto que não está no retrato:: contando a cidade e capturando cenários sob a perspectiva dos seus moradores. Ponto Urbe : Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, São Paulo- SP, 2 abr. 2020. DOI <https://doi.org/10.4000/pontourbe.8456>. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/pontourbe/8456>> . Acesso em: 2 ago. 2021.

SALGUEIRO, H. A .Ouro Preto: dos gestos de transformação do "colonial" aos de construção de um "antigo moderno". Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material. 1996, v. 4, n. 1, pp. 125-163. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-47141996000100014>> . Acesso em : 02 ago. 2021;

SILVA , Tayná Carmacio. TURISMO, PATRIMÔNIO E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:: Ouro Preto (MG), a cidade é da humanidade mas não da comunidade?. Orientador: Prof. Dra. Kerley dos Santos Alves. 2019. 75 p. Monografia (Bacharel em Turismo) - Escola de Direito, Turismo e Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019. Disponível em: <https://monografias.ufop.br/handle/35400000/2620> . Acesso em: 13 ago. 2021;

TOMAZ, P. C. . A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL. Fênix - Revista de História e Estudos Culturais, v. 7, n. 2, p. 1-12, 31 ago. 2010. Disponível em : <<https://revistafenix.emnuvens.com.br/revistafenix/article/view/260>> . Acesso em : 02 agosto 2021;

VIEIRA, L. de C. Ouro Preto e o século XIX: o mito da decadência. Revista CPC, [S. l.], n. 22, p. 145-189, 2016. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0i22p145-189. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/119887>> . Acesso em: 19 julho. 2021;

APÊNDICE

Quadro 1- Resumo das perguntas e respostas do questionário no *Google Formulários*

Ouro Preto: a importância da preservação histórica e desenvolvimento econômico

1. 1- Você é morador de Ouro Preto ? *

Marque todas que se aplicam.

- Sim
 Não
 Outro: _____

2. 2- Considerando o Turismo como uma das principais atividades econômicas do município, você acredita que ainda tem espaço para crescer ? *

Marque todas que se aplicam.

- Sim
 Não
 Outro: _____

3. 3- As principais atrações turísticas da cidade são as construções históricas, quais você acredita que devem ser preservadas ? *

Marque todas que se aplicam.

- Igrejas;
 Chafarizes;
 Prédios públicos históricos;
 A casa antiga do meu bairro;
 As minas de ouro ;
 O traçado das ruas;
 Outro: _____

4. 4- O morador tem o dever de manter as características das construções e aspectos históricos intactos? *

Marque todas que se aplicam.

- Sim
 Não
 Outro: _____

5. 5- O crescimento do Turismo pode contribuir para a preservação ? *

Marque todas que se aplicam.

- Sim
 Não
 Outro: _____

6. 6- Morador que não trabalha com o Turismo, pode contribuir com a preservação do conjunto histórico ? *

Marque todas que se aplicam.

- Sim, a preservação depende de todos os cidadãos
 Não
 Outro: _____

7. 7- A expansão de empreendimentos de hospedagens e alimentação, onde muitos utilizam as construções do conjunto histórico na alocação e fazem diversas modificações, na sua opinião descaracteriza o conjunto histórico ? *

Marque todas que se aplicam.

- Sim
 Não
 Outro: _____

8. 8- O excesso de valorização de algumas construções, em determinados locais, deixa de lado outras também importantes, você acredita ser normal do mercado e setor turístico ? *

Marque todas que se aplicam.

- Sim
 Não
 Outro: _____

9. 9- O sentimento de pertencimento e preservação podem ser conciliado com o desenvolvimento econômico atual ? *

Marque todas que se aplicam.

- Sim
 Não
 Outro: _____

10. 10- A perda de algumas construções antigas por falta de manutenção, incêndios ou desmanche para novas obras do mercado imobiliário modifica o conjunto arquitetônico, você considera como problema ? *

Marque todas que se aplicam.

- Sim
 Não
 Outro: _____

11. 11- No seu bairro tem alguma construção, monumento ou algo que considera importante para a preservação e maiores cuidados ? *

Marque todas que se aplicam.

- Sim
 Não
 Outro: _____

12. 12- Ouro Preto tem enorme importância no cenário turístico e histórico nacional, na sua opinião, isso traz benefícios pra a cidade ? *

Marque todas que se aplicam.

- Sim
 Não
 Outro: _____

13. 13- As políticas governamentais restringem os moradores quanto as intervenções no conjunto do patrimônio, sendo necessário autorizações, isso beneficia ou traz atrasos nas obras ? *

Marque todas que se aplicam.

- Sim
 Não
 Outro: _____

14. 14 - Se você morasse em um construção histórica ou fosse dono, quais mudanças faria ? *

Marque todas que se aplicam.

- Demoliria
- Restaurava conforme características originais
- Faria adaptações conforme autorizado por órgãos competentes
- Venderia
- Outro: _____

15. 15- A cidade é conhecida principalmente pelo patrimônio histórico, porém, tem inúmeros outros atrativos como parques naturais. Na sua opinião os gestores deveriam trabalhar na dinamização destes atrativos também ? *

Marque todas que se aplicam.

- Sim
- Não
- Outro: _____